Anagrama Revista beta

A Importância das Rádios Comunitárias para as Comunidades em que Estão Inseridas

Rildo Albino da Costa[1]

Resumo

O presente trabalho busca abordar a importância das rádios comunitárias para as regiões em que elas estão inseridas. Além disso, foi feito um levantamento generalizado sobre as rádios comunitárias, bem como de seus históricos e um diagnóstico das dificuldades que enfrentam. Na preocupação de elaborar uma pesquisa de campo, tornou-se objeto de estudo a Rádio Comunitária Progresso FM, em Santa Luzia D'Oeste, interior do estado de Rondônia.

Palauras-chaue: *Rádios Comunitárias; Democratização da Comunicação; Desenvolvimento Regional.*

Introdução

Desde sua regulamentação em 1998, o Brasil conta com cerca de três mil emissoras de rádios comunitárias[2]. A grande maioria delas está localizada em pequenos municípios ou nas periferias das grandes cidades.

O presente estudo busca entender esse complicado processo de gestão de tais emissoras, o perfil dos comunicadores comunitários e, acima de tudo, a relevância (se há) de uma rádio comunitária para a comunidade local. Para ter maior particularização dos dados do trabalho proposto, foi decidido estudar uma emissora comunitária específica, a Rádio Comunitária Progresso FM, instalada no interior do estado de Rondônia.

---

[1] Graduando de Jornalismo da Universidade Federal de Rondônia.
[2] Ministério das Comunicações. www.mc.org.br/radios_comunitarias.

O surgimento das rádios comunitárias

Desde a reformulação da constituição de 1988, já se pensava em democratizar a comunicação no país. Representantes de diversos segmentos sociais dentro do governo apresentaram suas preocupações concernentes ao monopólio da comunicação nas mãos de grandes mídias corporativas. Eles argumentavam que, assim como o livre acesso a saúde, ao voto e à educação deveria ser democratizado, o da informação também deveria ser de igual forma.

Dados recentes demonstram que a preocupação em democratizar a radiocomunicação é genuína. Em 2002, cerca de 30% de todas as rádios comerciais no Brasil eram propriedades privadas de políticos partidários (SILVA, 2010). O número real de rádios que são virtualmente controladas por indivíduos envolvidos na política é bem maior.

Apesar de levantar a proposta das concessões à radiodifusão comunitária, nenhum avanço concreto foi conseguido nesse sentido até o início da década de 90. Nesse ínterim, começam a se propagar no cenário brasileiro as rádios livres, chamadas pejorativamente de "piratas", uma herança da década de 70, quando as primeiras emissoras clandestinas começaram a ser instaladas. Dois motivos básicos alimentaram a proliferação das rádios livres: o baixo custo do aparelho transmissor e o alto custo das concessões governamentais.

O avanço das rádios livres, bem como a constante presença da pauta da radiodifusão comunitária nas reuniões dos conselhos e congressos de comunicação do Estado brasileiro, forçou o governo a regulamentar o cenário de radiocomunicação no Brasil. A alternativa encontrada acabou sendo a elaboração da lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, votada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso[3].

Ao que tudo indica, a regulamentação da radiodifusão no Brasil ocorreu mais por conveniência do que por uma genuína preocupação pela democratização da comunicação social. Haja visto os limites impostos às rádios comunitárias, que ficaram proibidas de fazer anúncios publicitários, operar somente na frequência 104,9 megahertz, não ter mais que 25 watts de potência, antena não superior a trinta metros de altura e ter seu alcance de transmissão de, no máximo, um quilometro de extensão a partir do ponto de transmissão. A lei retirou muitas emissoras da irregularidade, mas limitou suas atividades.

[3] Ministério das Comunicações. www.mc.org.br/radios_comunitarias

Independentemente das motivações governamentais para regularizar as rádios comunitárias, as pequenas emissoras encontraram nesse aporte uma oportunidade de exercer seu trabalho regionalizado e democrático. A partir da regulamentação, diversas emissoras comunitárias foram implantadas no país. Estima-se que, hoje, sejam 40% de todas as emissoras brasileiras[4].

O conceito de rádio comunitária

Segundo a ABRAÇO/RS (lembrando que a sigla da associação em questão é com cedilha mesmo), Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Rio Grande do Sul, uma rádio comunitária pode ser definida nos seguintes termos:

> Rádio comunitária é um tipo especial de emissora de rádio FM (Frequência Modulada), de alcance limitado a, no máximo, 1 km a partir de sua antena transmissora, criada para proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para a divulgação de suas ideias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais.

A definição da ABRAÇO/RS nos fornece dados suficientes para sabermos que uma emissora de rádio comunitária não tem fins lucrativos, requer que uma grande parcela de seus serviços seja voluntariado e que o propósito primordial é proporcionar algo que julgam não encontrar nas mídias corporativas tradicionais. O termo "rádio comunitária" não quer dizer somente que ela é feita *para* a comunidade, mas, acima de tudo que é um trabalhado feito *pela* comunidade. A diferença de uma rádio comunitária por uma comercial não é somente que esta tem fins lucrativos e aquela não, mas que suas programações também têm propósitos bem diferenciados, bem como a forma como seu conteúdo é produzido, conforme será abordado em seguida.

A programação de uma rádio comunitária

O conteúdo que é levado ao ar por uma rádio comunitária é bem diferente do que é adotado por uma emissora comercial, e ainda mais do que a da mídia corporativa. Enquanto a programação das mídias tradicionais capitalistas tem o objetivo de massificar a sua programação, a fim de tentar atingir todos os públicos para a maior obtenção de dividendos financeiros, a de uma rádio comunitária é particularizada, direcionada e

[4] *O Desafio da Comunicação*. Congresso Nacional de Comunicação Social.

objetiva, buscando atingir *um* público específico. Uma peculiaridade que podemos notar é a aplicabilidade da informação. Enquanto nas mídias tradicionais as informações são transmitidas de forma ampla e superficial, nas emissoras comunitárias elas são "interpretadas" para o ouvinte da comunidade local, de forma que ele (o ouvinte) não apenas entenda a informação que está sendo transmitida, mas também perceba a relevância que o fato tem para o seu dia a dia.

Outra peculiaridade que, segundo mostra essa pesquisa, podemos notar é que numa estação de cunho comunitário há ausência de conteúdo opinativo. Poucos comunicadores opinam. A razão primordial para isso é que eles não se sentem preparados para tal. Eles não se vêem como especialistas para emitir opiniões. Mas uma pauta está em exceção: quando o assunto é defender a emissora. Nesse caso eles não se detêm, vão ao microfone e defendem o papel da estação comunitária.

O diagrama abaixo tenta sintetizar as diferenças entre a programação de uma mídia corporativa e das rádios comunitárias, embora não seja uma aferência de princípios absolutos e universais:

CONTEÚDO DA PROGRAMAÇÃO	
Mídias Tradicionais	**Rádios Comunitárias**
Conteúdo massificado	Conteúdo direcionado
Predomina jornalismo informativo	Predomina jornalismo interpretativo
Comunicadores com formação acadêmica, mas que se comunicam de forma pré-programada, formal, mas sem afetação	Comunicadores sem formação acadêmica, mas se comunicam de forma espontânea, coloquial, mas com afetação
Informação em escala nacional e mundial	Informação em escala local
Predomina a cultura de massa	Predomina a cultura local
Transforma conhecimento em informação	Transforma informação em conhecimento
Notícias da macroeconomia	Notícias da microeconomia
A informação chega "de cima para baixo" e é vertical (das instituições ao povo)	A informação chega "de baixo para cima" e é horizontal (do povo às instituições)
Propaganda e publicidade mercadológicas	Propaganda e publicidade institucionais
Presença de jornalismo opinativo	Ausência de jornalismo opinativo
Notícias negativas dos movimentos	Notícias positivas dos movimentos sociais

sociais (como o MST)	
Ausência de conteúdo religioso (exceto os horários pagos)	Presença de conteúdo religioso

Ainda em se tratando da programação das rádios comunitárias, um problema tem preocupado os estudiosos da comunicação social: o controle religioso das rádios comunitárias. Alguns dados mostram que grande parte dessas emissoras é controlada por seguimentos religiosos, seja a igreja católica, seja as protestantes. Quando isso ocorre, surge o inevitável problema de conjugar o discurso religioso ao político. Como a história tem demonstrado, o catolicismo tem adotado o ideário esquerdista em toda a sua trajetória; e o protestantismo, em contrapartida, a ideologia da direita.

Quanto à emissora específica objeto do presente estudo, isto é, a Rádio Comunitária Progresso FM, seus fundadores são, em sua grande maioria, da Igreja Católica. Mas, de acordo com as apurações dessa pesquisa, a programação que a estação adota é diversificada. Praticamente todos os segmentos religiosos do município têm programas na emissora, proporcionando uma pluralidade de discursos religiosos.

Os comunicadores das rádios comunitárias

Seria tendencioso tratar da radiodifusão comunitária sem mencionar os comunicadores que proporcionam a programação que vai ao ar diariamente por essas emissoras. Por outro lado, falar dos radiocomunicadores comunitários é um campo melindroso, uma vez que estamos falando de pessoas reais, com todas as faculdades existenciais de um ser humano. Por isso, ouvir os comunicadores da Rádio Comunitária Progresso FM tornou uma opção indispensável.

Praticamente todos os profissionais ouvidos se dispuseram a falar, com uma condição que se cumpre agora – a de não denominá-los “jornalistas” ou “locutores”. Chamá-los de jornalistas é quase um escárnio para eles, pois, segundo eles, o título só pode ser aplicado a pessoas com formação acadêmica. Já o termo locutor é pejorativo, segundo consideram, pois transmite a ideia de um profissional que apenas cumpre um protocolo proposto, sem o livre exercício de pensamento, agindo como uma espécie de fantoche. O termo que exigem que sejam chamados é de “comunicadores”. Em hipótese alguma abrem mão dessa definição.

Tenta-se aqui, através de depoimentos colhidos, entender o que os comunicadores de rádios comunitárias pensam, como vivem e como exercem seu trabalho. A grande maioria deles são pessoas simples – no sentido de ter pouca formação formal. A maioria passou pelo ensino médio, e não raro encontrar alguns apenas com o ensino fundamental. Quase todos eles têm alguma atividade paralela e quase nunca nos setores da comunicação. Encontramos comunicadores que trabalham como professor, guarda-noturno, produtor de pequenas produções de áudio e até mesmo um que dedica parte de seu tempo às atividades rurais.

O que chama a atenção é a unidade de pensamento desses comunicadores. O que eles pensam da grande mídia, das mídias estaduais, do governo federal, estadual e local. A consciência de seu papel na comunidade é quase unânime.

Uma das constantes preocupações que ronda a mente deles é com a lei. Estão constantemente se adaptando para não infringir nas penalidades da legislação, sobretudo nas normas da ANATEL, a agência reguladora dos meios de comunicação no país. E, segundo o que podemos notar, o medo que eles cultivam não é o de ser punido individualmente, mas o de prejudicar a emissora na qual dedica todo o seu trabalho.

Sobre as mídias tradicionais, os comunicadores ouvidos têm um conceito bastante peculiar: eles as vêem como grandes empresas capitalistas. No conceito dos comunicadores comunitários, todas as grandes mídias, embora não tenham o mesmo dono, têm os mesmos ideais.

Quanto à missão que entendem ter, dão muita ênfase a interpretar as notícias veiculadas pelas mídias tradicionais em termos simples e acessíveis. Nem sempre transmitem todas as informações que ouvem, obviamente, mas predominam aquelas que eles julgam ter alguma implicação direta para o “homem comum”.

Mas o que mais chama a atenção é a consciência de sociabilidade que eles possuem. Para os radiocomunicadores comunitários, o cidadão só é livre de fato se exercer sua cidadania. E isso quer dizer votar conscientemente, conhecer seus direitos constitucionais, lutar pelos ideais da comunidade, cobrar dos políticos as promessas de campanha, participar da vida comunitária. No mais, os comunicadores se posicionam como alguém que catalisa a mobilidade social em busca de melhorias práticas para a comunidade.

As reuniões de equipe das rádios comunitárias

Como qualquer organização, a equipe das rádios comunitárias também se reúne periodicamente para avaliar seu desempenho no que se propuseram a fazer. As reuniões ocorrem, na maioria dos casos, de três em três meses – quatro vezes ao ano. E, quase sempre, o grupo que se reúne prepara uma "confraternização" subsequente a reunião.

Na intenção de entender mais como se dá esse processo de integração das equipes e voluntariado, resolvemos participar de uma dessas reuniões.

No dia 20 de março de 2010, os profissionais e voluntários da Rádio Comunitária Progresso FM se reuniram para avaliar a atuação da emissora no ano que se iniciara. A reunião ocorreu nos fundos de um centro comunitário, fornecido pela Igreja Católica de Santa Luzia D' Oeste. Compareceram cerca de quinze pessoas, que se reuniram em círculo, debaixo de uma mangueira.

A diretora da emissora abre a reunião com algumas sentenças que lembram a um mantra: "A Rádio Comunitária é uma rádio do povo para o povo", disse. "A Rádio Comunitária nasceu com o povo e representa o povo. É um sonho que se tornou realidade. A nossa missão é democratizar a comunicação".

Todos os participantes ouviam ativamente as afirmações. Nenhum sinal de desacordo foi notado.

Logo em seguida, as questões em pauta começaram a ser levantadas. Foram tratados problemas judiciais (que sempre os preocupam), avanços nas parcerias com o Ministério Público, anúncio de que novos parceiros (associados) estavam ingressando e, acima de tudo, melhorias na forma de se comunicar com o público. Pequenos erros e deslizes das técnicas de comunicação em rádio foram corrigidos e compartilhados. Acima de tudo, eles se lembraram da necessidade de repetir o slogan "uma rádio do povo para o povo" no ar a cada programa. A diretora lembrou-se da necessidade de proferir o nome da própria emissora no ar. A justificativa apresentada é que essa atitude ajuda a retroalimentar a identidade de uma organização comunitária e que, uma vez que o município é uma rota de passagem para outras regiões, os ouvintes que passam possam saber em que estação estão sintonizados.

Toda a reunião (que durou das 9h da manhã ao meio-dia) decorreu de forma tranquila e informal, de vez em quando interrompida pelo choro de dois bebês no colo de suas respectivas mães ou por uma anedota contada por algum dos comunicadores.

Se não tivéssemos conhecimento de quem era o responsável pela direção, difícil seria descobrir, pois a ausência de hierarquia era evidente. Quase todos expuseram suas preocupações, seus ideais, seus medos, seus sonhos, sempre em referência direta a emissora.

Dois assuntos tratados chamam a atenção. O primeiro é o lembrete que a diretora fez de que 2010 era um ano eleitoral. Todo o cuidado com a lei eleitoral fora recomendado aos comunicadores. O segundo problema apresentado era a respeito da dificuldade de os comunicadores recolherem as informações necessárias para retransmitir a sociedade. O dilema proposto pela direção da emissora comunitária foi o seguinte: se todos os jornais e estações de rádios da região estão nas mãos de empresários com íntima relação com o poder público ou com segmentos partidários, como, então, buscar uma informação imparcial, verdadeira e relevante? Depois de um silêncio reflexivo, a reunião terminou sem proporcionar uma resposta satisfatória a essa questão.

No encerramento do encontro, mais um lema volta a ser colocado em pauta, para orientar o trabalho dos comunicadores da emissora. A diretora relembrou: “Lembrem-se, não somos locutores, somos comunicadores”. Eles ouviam atentamente. “Locutores falam, comunicadores comunicam”, concluiu.

A importância das rádios comunitárias para a comunidade local

Nenhum dos voluntários que trabalham em uma rádio comunitária tem dúvida da importância de uma emissora local, dirigida aos interesses da comunidade e sem finalidades mercantilistas. Segundo eles, a programação da rádio fornece informações que não são transmitidas pelas grandes estações de rádio e televisão no modelo empresarial. Ou, caso uma informação seja veiculada num desses meios de comunicação de massa, a quem realmente interessa saber (o “homem comum”), tal informação acaba não sendo compreendida.

Os comunicadores das rádios comunitárias se sentem na obrigação de interpretar as notícias que a comunidade ouve ou lê por outros canais de comunicação. Ademais, eles não se sentem representados nas mídias tradicionais. Essa é uma das razões porque eles acreditam ser tão importante a existência de uma rádio comunitária na comunidade.

Outra característica que demonstra a importância da radiodifusão comunitária é o caráter local e imediato da informação que é veiculada por elas. Muito do conteúdo das rádios comunitárias são informações de fatos corriqueiros que ocorrem na comunidade.

Informações essas que jamais ganhariam pauta na grande imprensa por falta de relevância. Mas, para a comunidade local, informação desse tipo é fundamental para se inteirar do que está ocorrendo na localidade em que vivem.

Além da importância imaterial de uma rádio comunitária, tem também a importância econômica. Para o comércio local, quase sempre constituído de micro pequenas empresas de, no máximo, cinco funcionários, é vantajoso anunciar suas atividades na emissora local. Vale lembrar que a legislação que regulamenta as rádios comunitárias proíbe a inserção de publicidade paga, mas permite o anúncio por meio de "apoio cultural". Esse anúncio cultural seria semelhante ao comercial, mas sem mencionar promoções, preços e coisas do gênero. Mas essa delimitação não impede que muitos comerciantes locais anunciem nessas emissoras, ajudando a levantar os recursos necessários para a subsistência da emissora. Com a participação da iniciativa privada (mesmo que microempresários) que as emissoras comunitárias têm, fomenta-se um círculo virtuoso: o comércio ajuda na subsistência financeira da rádio e a rádio favorece as condições informativo-publicitárias para estimular a economia local.

Mas a grande influência das emissoras comunitárias não se limita ao campo econômico. A rádio comunitária ajuda a conservar a tradição, os valores, os costumes locais, incluindo a tradição oral. A oralidade do rádio proporciona que os costumes, valores, ideias e até folclores locais continuem sendo um conteúdo de divulgação por meio da oralidade tradicional em plena era da escrita e da imagem em que se vive hoje.

Dentre todos os benefícios das rádios comunitárias, segundo os voluntários que as mantém, nenhum é tão importante quanto ao que eles chamam de "democratização da informação". Diversos comunicadores integrados à radiodifusão comunitária foram ouvidos e eles enumeraram como razão primordial para a existência de tais emissoras o ato de democratizar a informação. Eles acreditam que a informação está privatizada, que só a possui quem pode pagar por ela, transformando o público em consumidor de conteúdo informativo. E, uma vez que podem pagar por ela, só terão as informações que os beneficiarão direta ou indiretamente. Em contrapartida, uma vez que a informação se transformou em mercadoria numa sociedade capitalista, eles acreditam que o conteúdo informativo que realmente interessa ao cidadão comum não pode vir – e nem virá – pelas artérias das mídias corporativas, cujo objetivo final é o lucro. Por essas e outras, o "homem comum" não se sente representado na mídia convencional. Para tais cidadãos, a mídia tradicional capitalista tem status (elite), cor (branca) e partido político (direita).

O cidadão comum, que se encontra na base da pirâmide (e que é maioria), vê na radiodifusão comunitária sua única oportunidade de comunicar seus valores e ideais.

Conclusão

Segundo o que podemos averiguar, as rádios comunitárias podem ser enquadradas dentro do conceito de mídias alternativas – que é uma iniciativa da sociedade civil. O propósito primordial dessas emissoras é proporcionar a democratização dos meios de comunicação e informação num país capitalista, democrático e de extensões continentais.

Também pudemos notar que a criação desses veículos não exclui o risco de que eles sejam usados por partidos políticos (mesmo que virtualmente) ou por corporações religiosas e que, a nosso entender, trocaria um problema de privatização da informação pelo de panfletagem partidária, religiosa ou ideológica.

Mas, descontando as genuínas preocupações, as rádios comunitárias têm realmente democratizado a comunicação no país. Grupos que nunca se viram sendo representados nas grandes mídias agora podem expressar seus ideais e valores na comunidade em que vivem. Com isso, contribui-se para a autonomia do cidadão comum; possibilita o livre fluxo de pensamentos e ideias; proporciona a liberdade de expressão; contribui para o processo da consolidação da democracia brasileira.

Referências Bibliográficas

ABRAÇO RS. Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Rio Grande do Sul. Disponível em www.abraçors.org.br/quem_somos. Acesso em 10 de Novembro de 2010.

Ministério das Comunicações. Disponível em www.mc.org.br/radios_comunitarias. Acesso em 10 de Novembro de 2010.

SILVA, Maria da Graça Bernardes e. *Introdução ao Jornalismo*. Rondônia: Universidade Federal de Rondônia, UNIR, 2010.